



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640260 - RS (2021/0014272-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : PAULO ROBERTO GARBIN  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO GARBIN - RS070641  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : VALCIR LAUREANO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALCIR LAUREANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Recurso em Sentido Estrito n. 70084675370).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos no art. 12 e art.16, § 1º, inciso IV, art. 29, *caput*, art. 29, § 4º, inciso I, ambos da Lei 9.605/1998, e art. 180 do CP, devidamente homologada, tendo sido deferida a liberdade provisória ao agente.

Inconformado, o órgão ministerial interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal estadual, que deu provimento à insurgência, a fim de restabelecer a prisão do paciente.

Sustenta o impetrante que o acórdão que restabeleceu a prisão careceria de fundamentos concretos e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que, ante as circunstâncias pessoais favoráveis e a Recomendação CNJ n. 62/2020, seria cabível a substituição da custódia por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com ou sem a substituição por cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos utilizados para manter o decreto preventivo que, em princípio, se mostram concretos (fls. 98-100).

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CUSTÓDIA PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHO COM DEFICIÊNCIA. HC COLETIVO N. 143.641/SP DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARTS. 318-A E 318-B DO CPP.

*IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA. PRISÃO DOMICILIAR PELOS RISCOS DA COVID-19. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*[...]*

*4. A questão referente ao pedido de prisão domiciliar com base nos riscos da pandemia do Coronavírus, não foi analisada pelo Tribunal de origem, o que atrai a indevida supressão de instância.*

*5. Recurso não provido. (RHC n. 131.336/RJ, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência